

A TERMINOLOGIA SINTÁTICA NA GRAMÁTICA DA LÍNGUA BRASILICA ELABORADA POR LUÍS FIGUEIRA

Stephanie Cunha dos Santos da Silva (FLUP)

Up202101097@up.pt

Leonardo Ferreira Kaltner (UFF)

leonardokaltner@id.uff.br

RESUMO

A presente pesquisa visa trabalhar a vertente da terminologia, em busca de responder à questão de quais são os critérios de criação terminológica das quais se serve Luís Figueira para descrição da língua brasilica em sua obra póstuma “Arte de grammatica da lingua brasilica” publicada em 1687. A metodologia adotada é a proposta pela historiografia linguística de Pierre Swiggers e Konrard Korner com seus princípios de contextualização, imanência e adequação. Por meio da pesquisa buscaremos apontar a forma como o autor constrói sua terminologia sintática para descrição da língua ameríndia, baseando-se em estruturas do latim. Deste modo, Luís Figueira se alinha ao pensamento humanístico ao desenvolver uma gramática fundamentada no modelo clássico greco-romano e ao construir uma arte que visava o ensino da língua.

Palavras chave:

Terminologia, Tupi, Historiografia Linguística, Luís Figueira.

ABSTRACT

This research aims to address the terminology aspect, seeking to answer the question of what are the criteria for creating terminology used by Luís Figueira to describe the Brazilian language in his posthumous work “Arte de grammatica da lingua brasilica” (Art of Grammar of the Brazilian Language), published in 1687. The methodology adopted is that proposed by the linguistic historiography of Pierre Swiggers and Konrard Korner with its principles of contextualization, immanence and adequacy. Through the research, we will seek to point out the way in which the author constructs his syntactic terminology to describe the Amerindian language, based on Latin structures. In this way, Luís Figueira aligns himself with humanistic thought by developing a grammar based on the classical Greco-Roman model and by constructing an art that aimed at teaching the language.

Keywords:

Terminology, Tupi, Linguistic Historiography, Luís Figueira.

1. Introdução

O tupi é uma língua ameríndia que foi falada pelos povos tupis e por grande parte dos colonizadores na Costa do Brasil durante os séculos XVI a XVII. O presente trabalho busca identificar quais foram as terminologias utilizadas por Luís Figueira na descrição da língua ameríndia. Para desen-

volver a pesquisa a metodologia selecionada foi a proposta pela historiografia linguística.

A Historiografia linguística (HL) é um campo de pesquisa científica desenvolvida por Konrad Koerner (1996) e Pierre Swiggers (2012). Os autores propõem três princípios que são a de contextualização, a imanência e a adequação. A contextualização se configura como o estabelecimento de um clima de opinião geral dos períodos em que as teorias em análise foram desenvolvidas e permite ao historiógrafo entender o quadro político, social, econômico, filosófico e cultural no qual se insere seu objeto de estudo (Lima, 2016, p. 6). A imanência se configura como o momento em que o pesquisador da área de historiografia linguística “deve voltar-se de um olhar moldado pelo clima de época na qual o objeto foi constituído” (Lima, 2016, p. 6). Já o terceiro princípio, o da Adequação, é o momento em que, segundo Lima (2016), “o historiógrafo pode arriscar-se em fazer comparações entre o objeto pesquisado e sua época e as teorias linguísticas de seu tempo”.

A partir do quadro teórico proposto pela HL, é possível analisar o pensamento linguístico proposto por Figueira através de uma análise metalinguística que visa a identificação da terminologia adotada pelo jesuíta na elaboração de sua gramática. Pierre Swiggers adota como chave de análise a noção de termos T-teóricos, nomenclatura que o autor atribui originalmente a Stegmüller (1983). A respeito deste conceito, Stegmüller (1983) aponta:

In scientific theories, theoretical terms do not have direct observational counterparts. They are introduced to provide explanatory frameworks that can account for empirical data and predict new phenomena. These terms are essential for the development and refinement of scientific knowledge. (Stegmüller, 1983)

Assim, por meio da análise dos escritos do padre buscamos identificar e compreender os termos adotados e de que forma eles colaboram para a percepção do pensamento linguístico do século XVI. Partiremos da conceitualização de terminologia e da contextualização do período em que Figueira estava inserido, em seguida olharemos para o texto e todos os elementos presentes que constituem sua descrição da língua ameríndia, por fim se unirá as ideias terminológicas do século em análise em contraste com o conhecimento que hoje a linguística vem desenvolvido a respeito da temática.

2. A terminologia, um campo de investigação

A terminologia é um campo de investigação que tem atraído o interesse de diversos pesquisadores, como Helmer Felber (1984), Juar Sager, Robert Dubac, Alain Rey, Maria Teresa Cabré, Bruno Bessé, Jennifer Pearson e Rita Temmerman. Felber se apresenta como o autor com a abordagem mais

tradicionalista, suas ideias são mais vinculadas às diretrizes estipuladas pelas normas ISO e vê na conceituação um elemento fundamental para elaboração de uma pesquisa terminológica (Couto, 2003). Sager admite em sua teoria a definição de conceitos tanto abstratos como reais, distingue ainda dois tipos de definição: a geral ou enciclopédica que descreve de maneira sistemática e exaustiva determinado conceito de modo a indicar suas funções em cada domínio específico que ocorre, e a definição especializada que visa à descrição do conceito em um contexto mais específico (Couto, 2003).

Duncan (1992) defende que o objetivo principal da definição terminológica é a criação de uma imagem mental exata de uma dada noção embasando-se em seus traços essenciais, de modo que uma definição terminológica deve conter clareza, adequação e concisão (Couto, 2003). Alain Rey (1979) aponta como núcleo da terminologia a definição e a descrição, de forma que “para se chamar a uma palavra “termo”, esta tem de se distinguir de todas as outras como um elemento de um grupo, sendo isso que se verifica na Terminologia. A única forma de expressar este sistema de diferenças recíprocas é através da definição” (Couto, 2003, p. 36).

Maria Teresa Cabré (1999) defende que um conceito pode ser apresentado quer seja por uma definição quer seja por meio de uma ilustração, já que ambas visam descrever o conceito, de modo que a ilustração reproduz a ideia que os indivíduos têm de um conjunto de objetos através de unidades iconográficas e a definição por intermédio das fórmulas linguísticas (Couto, 2003). Bruno Bessé ao trabalhar esta temática, traz um elemento diferente dos autores já analisados que é a diferenciação entre definição terminológica e definição terminográfica. A respeito desta diferenciação proposta por Bruno Bessé, o autor Renato Couto (2003) afirma que:

Para Bessé (1997:65) a ligação entre a definição e o termo é um dos princípios básicos da Terminologia e da Terminografia, uma vez que a linguagem da ciência depende essencialmente das definições e grande parte do discurso legal consiste em definir com precisão os seus próprios termos. Por conseguinte, é importante estabelecer a distinção entre definição terminográfica, cujo objetivo é descrever conceitos que pertencem a um sistema conceptual já existente, e definição terminológica, que se destina a criar conceitos. Enquanto a primeira é um trabalho descritivo levado a cabo por terminógrafos, a segunda, é formulada por terminólogos, legisladores ou especialistas em normalização, que começam por classificar os objectos de um dado domínio antes de os nomear. A elaboração da definição terminológica depende do tipo de utilizador para a qual é formulada e das suas necessidades. A identificação do domínio ao qual pertence o conceito, também é importante, dado que a definição distingue conceitos dentro de um mesmo domínio, cuja referência faz, muitas vezes, parte da própria definição. (Couto, 2003, p. 41)

Pearson adota uma metodologia que o difere dos demais autores ao buscar retirar definições de textos reais por intermédio da análise de corpora.

De acordo a autora, referenciado por Couto (2003), o dicionário de língua é a fonte de referência que os falantes têm mais probabilidade de usar quando desejam descobrir o significado de alguma palavra. Rita Temmerman contrapõe-se as vertentes mais tradicionalistas a respeito da terminologia que são aquelas que seguem a Escola de Viena. Ela faz referência aos três tipos de conceituação apontados pela ISO que sugere a definição por compreensão, a definição mediante extensão e a definição da parte pelo todo (Couto, 2003). A autora traz em sua teoria a investigação por meio de três termos: entidades, atividades e de categorias coletivas ou “umbrella categories”. A Respeito desta categorização Couto (2003) afirma:

A partir da análise destes três termos Temmerman pretende provar que alguns conceitos do domínio das ciências não podem ser definidos de acordo com a definição tradicional devido à impossibilidade de delinear claramente um conceito em ciências - um domínio em que definir é um processo infinito devido ao progresso tanto de compreensão como de conhecimento (*ibid*:76). Uma vez que a ciência está em constante progressão, também o processo de definição de um conceito tem de estar em constante mutação. (Couto, p. 49-50)

No que tange a terminologia, os autores demonstram a relevância da definição, distando em alguns aspetos metodológicos. Contudo, existe ainda um aspecto que vale ser mencionado das perspectivas de Cabré e Sager, o status de disciplina da terminologia. Dias (2000) aponta que

Cabré reforça a idéia da terminologia como uma interdisciplina, constituída por elementos procedentes de outras disciplinas, porém com bases teóricas delimitadas e objeto de estudo definido. Cabré não considera a terminologia uma disciplina original em seu sentido mais amplo, mas sim em sentido restrito, pois, em sua concepção, é uma disciplina que, ao tomar alguns fundamentos de outras disciplinas, seleciona elementos de cada uma delas e constrói um espaço próprio e original, diferenciado dos outros campos científicos [...] Contrapondo-se a essa visão de Cabré e Sonneveld, Sager nega o *status* independente da terminologia como uma disciplina, preferindo defini-la como um conjunto de práticas que evoluiu no contexto da criação de termos, sua coleta, explicação e apresentação em diferentes meios impressos e eletrônicos. Apesar de serem práticas bem estabelecidas, segundo Sager, não configuram uma disciplina, pois as disciplinas estabelecem conhecimentos sobre as coisas, enquanto as metodologias são apenas meios para atingir um objetivo final, como é o caso da terminologia. (Dias, 2000, p. 91)

Em um trabalho mais recente, a pesquisadora Maria Teresa Cabré revê alguns dos pontos que já trabalhou a respeito da terminologia e propõe três possíveis leituras: a terminologia enquanto uma necessidade social, como uma prática destinada a resolver essa necessidade, a terminologia como aplicação de um conjunto de recursos gerados pela prática e por fim como um campo de conhecimento. A autora ressalta:

Debo decir que prefiero hablar de la terminología como campo de conocimiento y no como disciplina por cuanto el término disciplina me remite a la

institucionalización de un campo de conocimiento reconocido socialmente. Ello no obstante no excluye que el aspecto disciplinar de la terminología pueda ser tenido también en cuenta para marcar las diferentes etapas de su evolución. (Cabré, 2005)

Assim, Cabré faz uma revisão de sua leitura sobre o campo e explica o porquê agora prefere denominar a terminologia como campo de conhecimento, e não mais uma disciplina. No que se refere a aplicabilidade da terminologia para as pesquisas no campo da historiografia linguística, pode-se citar os pesquisadores Konrad Koerner e Pierre Swiggers que tecem algumas considerações sobre a temática. Konrad Koerner (1989) afirma que

A terminologia empregada pelos linguistas é um reflexo das concepções teóricas e metodológicas de diferentes períodos históricos. A análise crítica dos termos utilizados pode revelar como as ideias e práticas linguísticas evoluíram ao longo do tempo. (Koerner, 1989, p. 45)

Koerner (1989) defende que a terminologia não se restringe apenas a um conjunto de palavras usadas pelos linguistas, mas um reflexo das concepções teóricas e metodológicas de diferentes períodos históricos. O autor ainda argumenta que uma análise crítica da terminologia pode atestar como as noções e as práticas linguísticas alteram-se ao longo do tempo, e fornece assim uma maior compreensão sobre o processo de evolução das teorias linguísticas.

Pierre Swiggers por sua vez, aponta que a terminologia é crucial para estruturar e comunicar os saberes linguísticos, Swiggers vê de maneira mais instrumentalizada a terminologia, um recurso que não só reflete as teorias do campo da linguagem como também as molda. O estudo terminológico deve considerar o contexto histórico e cultural em que os termos foram criados e aplicados (Swiggers, 1997, p. 102).

Deste modo, tendo por base as perspectivas de Koerner e Swiggers, é possível definir a terminologia na Historiografia linguística como uma investigação crítica e histórica de termos e conceitos utilizados pelos linguistas no decorrer do tempo que visa compreender de que forma ocorreu o desenvolvimento das teorias linguísticas, como elas são comunicadas e como se transformam ao longo dos anos.

3. Os Jesuítas e o projeto da América Portuguesa

Os séculos XVI e XVII foi marcado por uma intensa presença portuguesa no Brasil que se fez sob variadas estratégias. Inicialmente os lusitanos

mantiveram um comércio ocasional com os povos nativos tendo em vista que o foco comercial da Coroa ainda repousava sobre o Oriente (Cardoso, 2023). Os portugueses buscavam principalmente com sua ocupação no Brasil no século XVI manter os corsários estrangeiros afastados da costa e explorar maneiras de tornar a colônia mais rentável, o que fez com que em 1534 os territórios por eles já ocupados fossem divididos em 14 capitanias hereditárias que se concentravam principalmente na área litorânea, já que os colonizadores encontravam imensa dificuldade de combater os nativos (Cardoso, 2023).

À medida que o Brasil ganhava importância e se tornava uma alternativa para a Índia por aqueles que partiam de Portugal, a região que ganha maior proeminência passa a ser o Nordeste da colônia onde o padre Luís Figueira atua (Cardoso, 2023). Luís Figueira foi um dos integrantes da companhia de Jesus, grupo religioso que tem grande destaque neste período. A respeito da presença dos clérigos na América portuguesa Cardoso (2023) aponta:

Assim, os jesuítas que surgem na documentação estão disseminados pelas capitanias mais importantes populosa e economicamente, logo mais integradas, ainda que no sudeste a sua presença seja menor. Oito deles foram encontrados na Baía, quatro no Maranhão, dois no Pará e outros dois no Rio de Janeiro, todos eles nas sedes de capitania, onde estavam localizados os colégios em que residiam. (Cardoso, 2023, p. 222).

A presença dos jesuítas nas capitanias de maior destaque pode ser explicada pelo projeto de Império que Portugal havia elaborado para sua colônia no qual a Companhia de Jesus se mostrou como um forte aliado. Neto e Maciel (2008) defendem que os jesuítas foram uma poderosa e eficiente congregação religiosa que em seu exercício objetivavam não apenas a busca da perfeição humana mediada pela palavra de Deus e a vontade dos homens, “(...) a obediência absoluta e sem limites aos superiores; a disciplina severa e rígida; a hierarquia baseada na estrutura militar; e a valorização da aptidão pessoal de seus membros” (Neto e Maciel, 2008, p. 171).

Outra autora que também fala sobre a relevância desse grupo religioso para a formação do Império ultramar de Portugal é Maria Eduarda Paes (2008) que diz:

De fato, o papel de protagonista na construção do Imperium não cabe a D. Manuel, que governou ainda muito envolvido com as questões internas do Reino. Foram D. João III e sua corte os principais “arquitetos” da representação política e social de um império em grande expansão cuja justificação moral e religiosa encontrava respaldo na missão de dilatar a Fé pelo mundo. (Paes, 2008, p. 108)

Quando a Companhia de Jesus começou suas atividades nos territórios de Portugal, não havia um plano previamente estabelecido para a evangelização, nem por parte da própria Companhia, nem por parte da Igreja Católica ou da Coroa portuguesa. Ao chegarem ao Oriente e ao Novo Mundo, não existiam ainda a sua disposição documentos oficiais ou institucionais que servissem de delimitação para suas atividades, por esta razão a catequização foi desenvolvida baseando-se em decisões que eram tomadas pelos próprios missionários frente a cada um dos contextos políticos, sociais e culturais aos quais se deparavam (Sabe, 2018, p. 47). Para os jesuítas o conhecimento das línguas dos povos indígenas do Brasil se mostrava como a melhor opção para desenvolvimento de suas pregações, seguindo estratégias que eram formuladas de acordo com as especificidades de cada uma das regiões e povos aos quais tiveram contacto (Sabe, 2018). Assim, ao chegar as aldeias, os padres dedicavam-se ao estudo dos idiomas locais (Sabe, 2018).

A atuação dos religiosos na colônia colaborou para que no século XVI houvesse um grande florescer linguístico. O grande aumento de produções linguísticas pode ser compreendido por algo que Nebrija já apontava no século XV ao afirmar que «siempre la lengua fue compañera del imperio» (Nebrija 1992 [1492]: 98-99). Não era possível pensar um Império ultramarino sem pensar também na propagação da língua, de modo que para que isso fosse possível se fez necessário que o português se consolidasse frente ao latim e as demais línguas nacionais que aos poucos iam sendo gramatizadas. A respeito disso Magalhães (2011), aponta que

Ao longo do século XVI, segundo John Monteiro, “a primeira língua geral foi perdendo suas inflexões locais e regionais em função da sua adoção, sistematização e expansão enquanto idioma colonial”. Sob a influência da obra de Elio Antonio de Nebrija, os governos ibéricos perceberam a importância do uso de sistemas gramaticais como instrumento para consolidar seus objetivos políticos de conquista e de manutenção dos impérios ultramarinos, particularmente no continente americano. Os projetos coloniais ibéricos somados à catequização dos povos americanos pelos missionários católicos convergiram para a publicação de decodificadores de línguas desconhecidas aos europeus até o século XVI; em sua maioria línguas ágrafas, sendo que os portugueses, entre 1549 e 1697, publicaram 45 obras que contêm informação sobre línguas da África, Ásia e América, pertencentes a vários gêneros como tratados, cartilhas, catecismos e gramáticas. (Magalhães, 2011, 370-371)

Um dos integrantes da companhia de Jesus que atuou na Capitania do Maranhão foi Luís Figueira. Segundo Magalhães (2011), o jesuíta nasceu na região de Almodóvar “entre 1574 e 1576, entrou para a Companhia de Jesus a 22 de janeiro de 1592, como noviço, no Colégio do Espírito Santo em Évora. Embarcou em 1602 para Salvador, residindo no Colégio da Bahia, centro intelectual da colônia, onde teve seu primeiro contato com as aldeias e a língua tupinambá” (Magalhães, 2011, p. 373). Figueira parte com Francisco

Pinto de Pernambuco em expedição ao Maranhão, após quatro meses a missão acaba em uma hostil investida dos povos nativos que matam Francisco Pinto, Figueira consegue fugir e retornar a Pernambuco (Magalhães, 2011). Sobre o percurso do padre no Nordeste do Brasil, Tavares (2009) afirma:

Somente em 1622, Luís Figueira e Benedito Amodei chegam a São Luís para fixar residência dos jesuítas, encontrando resistência dos colonos na sua permanência, que só foi assegurada pelo firme apoio recebido pelo capitão-mor Antônio Moniz Barreiros. Os colonos temiam que os jesuítas dificultassem a escravização dos indígenas e por isso foram tão hostis. Nesse mesmo ano, o colégio e a igreja da Companhia de Jesus em São Luís foram erguidos sobre ermida construída por capuchinhos franceses no tempo da França Equinocial. Em 1636, Luís Figueira, acompanhando o governador Francisco Coelho de Carvalho, chegou ao Grão-Pará, também enfrentando hostilidade dos colonos. Ele estabeleceu contatos com indígenas no Xingu, nascendo então a intenção de formar missão na região. Voltou à Europa para obter permissão e apoio para seus planos. Pelo alvará de 25 de julho de 1638, o jesuíta obteve a permissão para a "administração dos índios" do Estado do Maranhão; mas somente em 1643 conseguiu partir com mais 14 missionários (Tavares, 2009, p. 5)

Segundo Magalhães (2011), o padre Figueira personificava o projeto cosmopolita dos jesuítas da Companhia de Jesus que se embasavam intelectualmente nos princípios da Universidade de Salamanca. A elaboração de gramáticas se mostrou uma prática comum na América Portuguesa e se alinhava ao projeto de catequização que aquela ordem religiosa possuía (Magalhães, 2011, p. 377). No século XVII, para que um livro fosse impresso em Portugal, se faziam necessárias licenças do Santo Ofício, do Ordinário e do Desembargo do Paço, uma particularidade da Arte de Figueira é que ela obteve licenças apenas dos superiores de modo que “o livro não foi feito e não poderia ser comercializado; não era para o público; não deveria circular fora dos colégios do Brasil” (Magalhães, 2011, p. 386). A respeito das gramáticas jesuíticas, Kossarik (2016) aponta:

Embora os autores da época não levantassem a tarefa de estudar aspectos teóricos do discurso, que chegaria a ser atual só na linguística do século XX, as gramáticas de tupi, canarim e de português como língua estrangeira dos seiscentos e setecentos são as primeiras, na tradição portuguesa, descrições linguísticas criadas especialmente para ensinar a comunicação exitosa, em língua estrangeira viva. (Kossarik, 2016, p. 24 e 25)

O autor ainda acrescenta que os missionários escreviam seus compêndios gramaticais voltado para seus pares que deveriam saber não apenas falar na língua descrita, como também eram versados na “linguagem da comunicação cotidiana, conseguindo a interlocução exitosa num espectro mais amplo de situações reais” (Kossarik, 2016, p. 26). Para tanto, o público-alvo das gramáticas jesuíticas deveria ter competências linguísticas que iam desde o conhecimento da fonética, gramática e léxico, como também do conjunto das ferramentas de comunicação o que explica o grande destaque que às

questões do discurso possuem nas obras missionárias (Kossarik , 2016, p. 26).

A produção linguística missionária diverge tanto das gramáticas que visavam à fixação da norma vernacular por parte de um falante nativo como dos compêndios latinos escolares (Kossarik , 2016, p. 26).

A Arte de Figueira, bem como as gramáticas desenvolvidas nos séculos XVI e XVII, era uma obra era humanística. As obras linguísticas humanísticas eram em sua maioria voltadas para o ensino, não traziam em si demasiados termos técnicos e constantes referências a autores clássicos, e ainda possuíam uma secularização em relação à teologia o que mostrava que o homem moderno já via a Gramática como uma disciplina a parte da teologia (Kaltner; Cardozo, 2021). Esta secularização pode ser compreendida como a mentalidade humanista muito pautada na segunda escolástica. A respeito da segunda escolástica Coelho afirma que ao contrário da primeira que encontra relativa resistência em várias universidades, ela consegue trazer elementos do humanismo, sem perder com isso alguns fortes elementos da filosofia portuguesa que era muito associada à literatura e poesia (Coelho, 2022, p. 329).

4. A terminologia de Figueira

A gramática do padre Luís Figueira foi, segundo Magalhães (2011), o livro relacionado ao Brasil colônia que mais edições teve, sendo no total sete reedições para além da primeira (Magalhães, 2011). Outro aspecto da Ars de Figueira que é destacado por Magalhães é o fato de sua circulação ter sido extremamente restrito a congregação dos jesuítas, segundo o autor existia um movimento muito estratégico por parte da Coroa Portuguesa que visava compreender a língua dos nativos para melhor estabelecer seus domínios, mas tal conhecimento deveria, pois, permanecer apenas no seu meio para que não comprometesse seu poder na colônia (Magalhães, 2011).

Ronaldo Batista (2002) aponta que a gramática de Figueira segue o modelo de divisão estabelecido pela tradição gramatical latina que consistia com uma parte inicial não muito longa mais voltados para aspectos dos sons, a parte principal era constituída pela morfologia onde figueira trata da divisão das partes do discurso seguindo a divisão clássica, e por fim uma pequena parte dedicada a sintaxe (Batista, 2002, p. 46). Segundo Batista (2002) o jesuíta segue o modelo *Ratio Studiorum* que propunha um ensino baseado na facilidade, na ordenação e na brevidade, o autor cita o trabalho de Navarro (1995) que diz:

[...] a gramática de Figueira prima pela "ordem de disposição das cousas que propõem, na clareza das regras e preceitos..." Ora, temos aqui evocados princípios consagrados pelo *Ratio Studiorum*, a síntese de experiência pedagógica do Renascimento e um dos maiores monumentos didáticos da História. A gramática de Luis Figueira vinha, assim, atender a anseios de renovação pedagógica, de que a *Ratio Studiorum* dos jesuítas era a mais lidima expressão. (Navarro, 1995, p. 357 *apud* Batista, 2002, p. 44)

As gramáticas do século XVI e do século XVII tendiam a preterir a morfologia do que a sintaxe, de modo que se pode dizer que o pensamento linguístico do período em questão via a sintaxe com algo que é desenvolvido à medida que se fala, quanto mais os falantes utilizam uma língua mais internalizam a sintaxe dela. O que se pode observar no texto de Figueira (1878) na parte que dedica a “colocação das partes da oração entre si” ele afirma que O uso ensinará a boa colocação das partes da oração entre si (Figueira, 1878, p. 153). Figueira ainda afirma que “como nesta língua não há variedade de casos, nem de generos, mais que o que se tem visto, fica facil a combinação dos verbos com os nomes [*sic*]” (Figueira, 1878, p. 140).

É interessante pensar que apensar da língua latina ainda ocupar um lugar de prestígio, é possível ver o autor traçando uma comparação direta com a língua portuguesa que em seu período já havia sido trabalhada por autores com Oliveira e João de Barros. Enquanto a estrutura do latim ainda servia como um espartilho para organização do pensamento linguístico do homem moderno, as línguas vernáculas vinham paulatinamente ganhando importância e status de língua da intelectualidade, um esforço que já se vinha sendo trabalhado no século anterior com a grande disseminação de tratados gramaticais para o ensino da língua vernácula (Silva; Kaltner, 2025, p. 45).

Assim, é possível estabelecer um quadro comparativo das gramáticas de Figueira e de João de Barros no que tange os seus procedimentos de escrita, mas também em sua aproximação ou afastamento do latim. Figueira segue Barros e outros autores do mesmo período ao estruturar sua gramática por meio de uma divisão clássica e trazer uma terminologia comum aos tratados latinos como os casos. A questão que se levanta em relação a tal escolha é o que leva tanto Luis Figueira como Barros a em suas obras trazerem elementos das gramáticas do latim? Buescu acredita que “a latinização de Barros é, pois, segundo parece, mais formal do que essencial, preocupando-se ele mais em demonstrar diferenças do que em apontar identidades” (Buescu, 1984, p. 67).

Todavia, ao contrário do que a autora afirma, Barros não aponta apenas diferenças ou aquilo que desapareceu na transição do latim para o português, um exemplo disso é que ele não advoga a respeito de um desaparecimento das declinações, mas sim o sumiço de algumas declinações que não

são observadas na língua portuguesa, o que fica claro ao afirmar que no português ainda é possível observar duas declinações: a vogal e a consoante. O afastamento de Barros da Gramática latina acaba por se mostrar em uma tentativa de adaptá-la a língua portuguesa. O que em certa medida também se pode observar em Figueira ao aponta que:

Assi como na lingua portugueza em lugar de casos ajuntamos algumas preposições aos nomes, v.g. Pedro, de Pedro, a Pedro, para Pedro, com Pedro, etc; assim também n'esta lingua qualquer nome substantivo é governado e varia com preposições. [sic] (Figueira, 1878, p. 15)

Barros também defende que a sintaxe é algo intrínseco ao seu falante ao afirmar que “bẽ como, ao hómẽ é natural a fãla, assy lhe é natural a cõue-niẽcia destas pãrtes: nome sustantiuo cõ aietiuo, *nominatiuo* cõ uérbo, relatiu com antecedente” (Barros, 1520). Ao criar sua obra Barros busca não apenas na gramática do latim a base teórica para sua elaboração, mas também em gramáticas como a do grego e a do hebraico ao, diferentemente do que faziam os latinos, classificar o artigo como parte da oração: “Artigo é hũa das pãrtes da oraçãm, a quãl como ia dissẽmos nam tem os latinos: e uem este nome, artigo, de articulus, diçam latina: deriuãda de Arthon grẽga, que quẽr dizer iuntura de neruos, a que nõs propriamente chamamos artelho” (Barros, 1520).

João de Barros se vale da terminologia que herda do latim, diferentemente de Oliveira que em seu trabalho sobre a língua portuguesa busca criar termos para que o distanciassem da tradição latina. A respeito da terminologia de Oliveira, o pesquisador Henrique Barroso afirma que:

Portanto, os casos, na classe de palavras nome, como observou já Coseriu (2000: 51), são mantidos como tipos de funções oracionais, e reduzidos a quatro: nominativo, genitivo, dativo e acusativo, e, com exceção do penúltimo, com novas designações, respetivamente: prepositivo, possessivo, (dativo) e pospositivo. Porém, nunca categorias morfológicas: para Oliveira, em português só há declinação de casos em alguns pronomes. Os artigos é que são as marcas das funções racionais: o, a, os, as (com o e a pequenos, como diz Oliveira), para o “prepositivo”; do, da, dos, das (também com o e a pequenos), para o “possessivo”; ao, à, aos, às (com g e a grandes), para o “dativo”, e o, a, os, as (igualmente com o e a pequenos), para o “pospositivo”. (Barroso, 2015, p. 386).

Barros e Figueira não criam uma terminologia em suas descrições, se valem da terminologia que já era conhecida e a adaptam para a língua em análise. Enquanto João de Barros usa as estruturas do latim para normatizar uma língua que se origina dessa matriz linguística, o padre Luís Figueira se vale dos termos clássicos para descrever uma língua que não tinha o mesmo tronco linguístico latino. Figueira não é o primeiro a fazê-lo tendo em muito se embasado no trabalho do padre José de Anchieta que sistematizou o falar

dos guaianases, tamoios e tupinambás, enquanto Figueira focou nos potiguares, tupinambás, tabajaras e caetés (Magalhães, 2011). A respeito da comparação entre os trabalhos dos padres Anchieta e Figueira, Ronaldo Batista (2002) aponta:

Numa breve comparação (extensivamente já realizada por Navarro 1995 e Rodrigues 1998), pode-se verificar que a descrição gramatical de Figueira é mais didática, no sentido da ordenação, clareza nas explicações, economia quanto a abordagens de exceções e aspectos que o uso poderia indicar. Ao contrário, Anchieta não segue em sua gramática uma ordenação de acordo com os modelos de descrição e ordenação da gramática latina, pelo menos não de acordo com a gramática de Manuel Álvares (1572), influência direta e perceptível no trabalho de Figueira (Navarro 1995 explicita os trechos em que a influência alvarina teria sido mais direta, como, por exemplo, na ‘tradução’ de definições de classes gramaticais a partir da obra de Álvares). Ressalta-se ainda o fato de que Anchieta não teria tido sua formação jesuítica de acordo com o *Ratio Studiorum*, que é de data posterior ao seu período de formação. O autor da primeira gramática do tupi antigo diferencia-se, por exemplo, no tratamento das partes do discurso, na ausência de explicações sobre as mesmas, na criação de novos termos para a metalinguagem do estudo gramatical, ao lado do constante uso de termos latinos, na ausência de uma parte autônoma dedicada apenas à sintaxe. Tal fato torna-se ainda mais relevante quando se constata que a gramática de Figueira fez mais sucesso que a obra Pioneira de Anchieta (Batista, 2002, p. 44-45)

Apesar de Figueira falar em sua obra desconhecimento de Arte anterior, Batista (2002) aponta como existem passagens em que há uma manutenção de características do registro gramatical de Anchieta como a utilização de exemplos iguais em determinadas abordagens, mesmo a língua descrita por um e pelo outro serem diferentes dialetos do tupi antigo (Batista, 2002, p. 45). Como indica Rodrigues (1998, apud Batista, 2002) Figueira utiliza menos termos latinos e tem um estilo expositivo menos sintético, sua terminologia se aproxima da presente nas gramáticas de língua portuguesa como de Barros, de modo que não ignora por completo a influência do latim, mas a um esforço maior por tornar sua obra uma ferramenta mais eficaz de aprendizagem da língua brasileira por parte de seus irmãos da Companhia de Jesus no Brasil que não aprendiam latim.

5. Considerações finais

O esforço descritivo de Luis Figueira para descrição da língua brasileira foi respaldada pelas obras que o precederam. O padre busca trazer uma descrição mais didática que a feita por Anchieta, sem com isso deixar de lado a grande contribuição que a obra pioneira teve para sua própria gramática. Sua formação humanística pode ser percebida em sua organização e escrita, e no próprio pensamento linguístico.

Ele traz uma gramática mais clara que a feita por Anchieta e menos formal que a de Barros que possuía uma maior conceituação dos termos gramaticais. O público-alvo da Gramática da Língua Brasilica é o próprio grupo de jesuítas que atuavam na colônia, de modo que a descrição carrega em si características que indicam esse direcionamento como uma ausência de conceituação de termos linguísticos, uma obra de caráter mais didático e direcionado para os que conheciam a língua ameríndia.

Figueira constrói sua obra tendo por base o conhecimento linguístico que adquiriu em sua formação Jesuítica, assim sua terminologia se enquadra dentro deste pensamento linguístico. O autor não busca uma formalização rebuscada e repleta de termos técnicos, mas uma escrita que fosse de fácil acesso por parte de seus pares de modo que sua obra pudesse colaborar para a catequização dos nativos do Brasil. Tal instrumentalização da língua se adequa ao projeto de Império colonial português que via a língua como uma estratégia de manutenção e expansão de seus domínios. A base desse projeto imperialista não é algo novo, mas já era conhecido e descrito por teóricos como Nebrija. Assim, as obras missionárias hoje nos ajudam a entender não apenas o clima de opinião da época, mas também o espaço que a língua ocupava nesse contexto.

Pouco após a atuação de Figueira junto as aldeias do Maranhão uma forte epidemia de varíola dizimou as tribos¹ assim, a preservação de um tratado gramatical do período se mostra uma ferramenta não apenas de preservação da língua brasilica, mas uma perspectiva de como eram os povos que no Brasil viveram antes da chegada europeia. No âmbito historiográfico, as obras jesuíticas preservam uma ótica de como era a linguagem entre os povos e ainda como se relacionavam entre si, sendo uma fonte rica para construir a história do Brasil e a história da língua no ultramar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANCHIETA, José de. *Arte de grammatica da lingoa mais vsada na costa do Brasil*. Coimbra: António de Mariz, 1595.

BARROS, João de. *Gramática da Língua Portuguesa, seguida de Diálogo em louvor da nossa linguagem*. 1. ed. Lisboa: Luís Rodrigues, 1540.

BARROSO, Henrique. Morfossintaxe em Fernão de Oliveira (1536). *Diacrítica*, v. 29, n. 1, p. 379-93, 2015.

¹ MAGALHÃES, 2011, p. 401.

BATISTA, Ronaldo de Oliveira. *As linguas difficultosas e os linguas peritos: artes de gramática jesuíticas no Brasil colonial dos séculos XVI e XVII*. 2002. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

BERETTARI, S. *The lives of Father Joseph Anchieta, of the Society of Jesus: the Ven. Alvera von Virmundt, Religious of the Order of the Holy Sepulchre, and the Ven. John Berchmans, of the Society of Jesus*. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/CBO9781139060677>. Acesso em: 28 abr. 2025.

BUESCU, Leonor C. *Historiografia da língua portuguesa – século XVI*. Lisboa: Sá da Costa, 1984.

CARDOSO, D. A. População de origem portuguesa no Brasil do século XVII. 2023. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/150911/2/633728.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2025.

CARVALHO, F. O. de; BIRCHALL, J. Uma reconstrução comparativa da terminologia de parentesco do Proto-Tupi-Guarani. *LIAMES: Línguas Indígenas Americanas*, v. 22, e022001, 2022. <https://doi.org/10.20396/liames.v22i00.8666489>.

CLASTRES, H. *La terre sans mal: le prophétisme tupi-guarani*. Paris: Éditions du Seuil, 1975.

COELHO, Humberto Schubert. O papel da filosofia e do imaginário jesuítico nas missões portuguesas (1500–1597). *Mirabilia Journal*, n. 35, 2022. Disponível em: <https://www.academia.edu/91637152>. Acesso em: 28 abr. 2025.

COUTO, Renato. *Línguas gerais: política linguística e catequese no Brasil*. [S.l.: s.n.], [s.d.].

CRUZ, A. A morfologia transcategorial e sua relação com o padrão omni-predicativo em línguas da família Tupi-Guarani. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem*, 2019.

DIAS, C. A. Terminologia: conceitos e aplicações. *Ciência da Informação*, v. 29, n. 1, p. 90-92, 2000. <https://doi.org/10.1590/S0100-19652000000100009>.

FERREIRA JR., A.; BITTAR, M. Pluralidade lingüística, escola de bê-á-bá e teatro jesuítico no Brasil do século XVI. *Educação & Sociedade*, v. 25, n. 86, p. 171-95, 2004. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302004000100009>.

FIGUEIRA, Luiz. *Grammatica da lingua portugueza*. Nova ed. anotada por Emilio Allain. São Paulo: Tip. do Jornal do Comércio, 1878. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4887>. Acesso em: 28 abr. 2025.

GALUCIO, A. V. et al. Genealogical relations and lexical distances within the Tupian linguistic family. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 10, n. 2, p. 229–274, 2015. <https://doi.org/10.1590/1981-81222015000200004>.

GÓIS, M. L. S.; MARTINS, A. M. S. O Tupi antigo no português: algumas questões sobre história, identidade e ensino de linguagem. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 58, n. 1, p. 422–440, 2019. <https://doi.org/10.1590/010318138653638439601>.

KALTNER, L. F.; CARDOZO, M. Considerações sobre a Gramática de Anchieta: uso de acentos. *Cadernos de Linguística*, v. 2, n. 2, e360, 2021.

_____; SANTOS, M. C. S. Fenômenos fonéticos e composição de verbos e nomes: uma análise externa e interna da Gramática de Anchieta (1595, 1, 6-8). *Cadernos de Linguística*, v. 3, n. 1, e634, 2022.

KOERNER, K. *Practicing Linguistic Historiography: Selected Essays*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1989.

KOSARIK, M. A. Na nascente das ideias do discurso, da gramática funcional comunicativa – obras missionárias (J. De Anchieta, L. Figueira, T. Estêvão) e de B. Pereira. *Confluência*, v. 1, n. 51, p. 22–43, 2016. <https://doi.org/10.18364/rc.v1i51.131>.

LIMA, Fernando. *Visão e representação nas Gramáticas de Língua Tupi (Século XVI-XIX): historiografia da descrição dos sistemas de posse*. São Paulo, 2009.

MAGALHÃES, E. Dicionários bilíngues de línguas indígenas: o caso do Tupi. *Encontro Nacional da ANPOLL*, 11, 1996, João Pessoa. *Boletim Informativo*, v. 25, p. 311-12, João Pessoa, 1996.

MAGALHÃES, Pablo Antonio Iglesias. A palavra e o império: a Arte da Língua Brasilica e a conquista do Maranhão. *Revista de História*, n. 165, p. 367-401, dez. 2011. Universidade de São Paulo.

MARTINS, S. *A definição em terminologia: Perspetivas teóricas e metodológicas*. 2015. Tese (Doutorado) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2015.

NAVARRO, E. A. *Dicionário de Tupi Antigo: a língua indígena clássica do Brasil*. São Paulo: Editora Global, 2013.

PAES, Maria Eduarda. Entre a conversão e a conquista: reflexões sobre o *modus operandi* dos jesuítas e sua adequação ao processo colonizador na América Portuguesa do século XVI. *Cadernos de História*, 2010.

RODRIGUES, Aryon D. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola, [s.d.].

SABEH, Antonio Luiz. Missões condicionadas: a dimensão político-religiosa da missão jesuítica e sua importância na estruturação do império português no século XVI. *História*, v. 23, n. 3, p. 45-71, 2018.

SILVA, S. C. S.; KALTNER, L. F. Anchieta, leitor de Nebrija: uma análise historiográfica. *Caderno Especial, Anais do XXVII CNLF*, Tomos I e II. São Paulo: Pedro & João Editores, 2025. v. 1, p. 42-51.

STEGMÜLLER, W. *The Structure and Dynamics of Theories*. [S.l.]: [s.n.], 1983.

SWIGGERS, P. *Introduction to the History of Linguistics*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1997.

TAVARES, Célia Cristina da Silva. A escrita jesuítica da História das Missões no Estado do Maranhão e Grão-Pará (século XVII). *Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedade*. Lisboa: IICT/CHAM FCSH/UNL/Universidade dos Açores, 2009. Disponível em: http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/celia_tavares.pdf. Acesso em: 28 abr. 2025.